



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/93

PROJETO COMPLEMENTAR DE LEI Nº. 11/93 DE 29 DE MARÇO DE 93

DISCIPLINA O REGIME JURIDICO  
DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS DO  
MUNICIPIO DE PALMITAL

MARILENA TRONCO

Prefeita Municipal de Palmital, Estado de São Paulo, no uso  
de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal  
aprova e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

### TITULO I

#### DISPOSICOES PRELIMINARES

ARTIGO 1º. - Esta Lei disciplina os direitos, deveres e responsabilidade a que se submetem os funcionarios da Prefeitura, Câmara e autarquias do Município de Palmital.

ARTIGO 2º. - Para efeitos deste Estatuto, considera-se:

- I - funcionario publico: pessoa legalmente investida em cargo publico de provimento efetivo ou em comissao;
- II - cargo publico: conjunto de atribuicoes e responsabilidades representado por um lugar, instituido nos quadros do funcionalismo, criado por lei ou resolucao com denominacao propria e atribuicoes especificas;
- III - vencimento: retribuicao pecuniaria basica, fixada em lei, paga mensalmente ao funcionario publico pelo exercicio das atribuicoes inerentes ao seu cargo;
- IV - remuneracao: retribuicao secundaria basica acrescida da quantia referente as vantagens secundarias a que o funcionario tem direito;
- V - classe: agrupamento de cargos publicos de mesma denominacao e identica referencia de vencimento e mesmas atribuicoes;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

VI - carreira: o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho e de identica habilitacao profissional, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade das atribuicoes, para progressao privativa dos titulares dos cargos que a integram;

VII - quadro: o conjunto de cargos integrantes das estruturas dos orgaos dos Poderes Executivo e Legislativo, e das autarquias.

ARTIGO 3o. - Aos cargos publicos corresponderao referencias numericas seguidas de letras em ordem alfabetica indicadoras de graus.

PARAG. 1o. - Referencia e o numero indicativo da posicao do cargo na escala basica de vencimentos.

PARAG. 2o. - Grau e a letra indicativa do valor progressivo da referencia.

PARAG. 3o. - O conjunto de referencia e grau constitui o padrao de vencimentos.

## TITULO II

### DO PROVIMENTO, DO EXERCICIO E DA VACANCIA DOS CARGOS PUBLICOS

#### CAPITULO I

##### DOS CARGOS PUBLICOS

ARTIGO 4o. - Os cargos publicos sao isolados ou de carreira.

PARAG. 1o. - Os cargos de carreira sao sempre de provimento efetivo.

PARAG. 2o. - Os cargos isolados sao de provimento efetivo ou em comissao, conforme dispuser a sua lei ou resolucao criadora.

ARTIGO 5o. - As atribuicoes dos titulares dos cargos publicos serao estabelecidas na Lei criadora do cargo ou em decreto regulamentar.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## CAPITULO II

### DO PROVIMENTO

**ARTIGO 6o.** - Provimento e o ato administrativo através do qual se preenche um cargo publico, com a designação de seu titular.

**PAR. UNICO** - O provimento dos cargos publicos far-se-a por ato da autoridade competente de cada Poder, ou do dirigente de autarquia.

**ARTIGO 7o.** - Os cargos publicos serão acessíveis a todos os que preençam, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - ter sido previamente habilitado em concurso, ressalvado o preenchimento de cargo de livre provimento em comissão;
- III - estar no gozo dos direitos políticos;
- IV - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- V - gozar de boa saúde, física e mental, comprovada em exame médico;
- VI - possuir habilitação profissional para o exercício das atribuições inerentes ao cargo, quando for o caso;
- VII - atender as condições especiais prescritas em lei para provimento do cargo.

**ARTIGO 8o.** - Os cargos publicos serão providos por:

- I - nomeação;
- II - reintegração;
- III - reversão;
- IV - aproveitamento;
- V - transferência;
- VI - acesso.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## CAPITULO III

### DA NOMEACAO

**ARTIGO 9o.** - Nomeacao e o ato administrativo pelo qual o cargo publico e atribuido a uma pessoa.

**PAR. UNICO** - As nomeacoes serao feitas:

- I - livremente em comissao, a criterio da autoridade nomeante, quando se tratar de cargo de confianca;
- II - vinculadamente, em carater efetivo, quando se tratar de cargo cujo preenchimento dependa de aprovacao em concurso.

**ARTIGO 10.** - A nomeacao em carater efetivo obedecera rigorosamente a ordem de classificacao em concurso cujo prazo de validade esteja em vigor.

## CAPITULO IV

### DO ESTAGIO PROBATORIO

**ARTIGO 11.** - Estagio probatorio e o periodo de 02 (dois) anos de exercicio do funcionario a partir de sua nomeacao em carater efetivo, durante o qual serao apurados os seguintes aspectos, acerca de sua vida funcional:

- I - assiduidade;
- II - disciplina;
- III - eficiencia;
- IV - aptidao e dedicacao ao servico;
- V - cumprimento dos deveres e obrigacoes funcionais.

**PARAG. 1o.** - O orgao de pessoal mantera cadastro dos funcionarios em estagio probatorio.

**PARAG. 2o.** - Cinco meses antes do fim do estagio probatorio, o orgao de pessoal solicitara informacoes sobre o funcionario ao seu chefe direto, que devera presta-las no prazo de 10 (dez) dias.





# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

PARAG. 3o. - Caso as informacoes sejam contrarias a confirmacao do funcionario no cargo, ser-lhe-a concedido prazo de dez dias para que apresente defesa.

PARAG. 4o. - A confirmacao do funcionario no cargo nao dependera de novo ato.

ARTIGO 12. - O funcionario nomeado em virtude de concurso publico adquirira estabilidade apos dois anos de efetivo exercicio.

PAR. UNCIO - A estabilidade assegura ao funcionario a garantia de permanencia do servico publico.

ARTIGO 13. - O funcionario estavel somente perdera o cargo:

- I - em virtude de decisao judicial transitada em julgado;
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

## CAPITULO V

### DO CONCURSO

ARTIGO 14. - O concurso publico reger-se-a por edital, que contera basicamente, o seguinte:

- I - indicacao do tipo de concurso: de provas ou de provas e titulos;
- II - indicacao das condicoes necessarias ao preenchimento do cargo, de acordo com as exigencias legais, tais como:
  - a) diplomas necessarios ao desempenho das atribuicoes do cargo;
  - b) experiencia profissional relacionada com a area de atuacao;
  - c) capacidade fisica para desempenho das atribuicoes do cargo;
  - d) idade minima ou maxima a ser fixada de acordo com a natureza das atribuicoes de cargo;
- III - indicacao do tipo e do conteudo das provas e das categorias de titulos;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

IV - indicação da forma de julgamento das provas e dos títulos;

V - indicação dos critérios de habilitação e classificação;

VI - indicação do prazo de validade do certame.

PAR. UNICO - As normas gerais para realização dos concursos serão estabelecidas em lei municipal específica.

ARTIGO 15. - O prazo de validade do concurso será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

ARTIGO 16. - O concurso, uma vez aberto, deverá estar homologado dentro do prazo de seis meses, contados da data de encerramento das inscrições.

ARTIGO 17. - As provas e a titulação serão julgadas por uma comissão de três membros, profissionalmente habilitados e designados pela autoridade competente.

## CAPITULO VI

### DA REINTEGRACAO

ARTIGO 18. - Reintegração e o reingresso do funcionário estável no serviço público municipal em virtude de decisão judicial transitada em julgado.

ARTIGO 19. - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado.

PARAG. 1o. - Se o cargo houver sido transformado, o funcionário será reintegrado no cargo resultante da transformação.

PARAG. 2o. - Se o cargo houver sido extinto, será reintegrado em cargo de vencimentos e atribuições equivalentes, sempre respeitada sua habilitação profissional.

ARTIGO 20. - Reintegrado o funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

ARTIGO 21. - Transitada em julgado a decisão judicial que determinar a reintegração, o órgão incumbido da defesa do Município representará imediatamente a autoridade competente para que seja expedido o decreto de reintegração no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## CAPITULO VII

### DA REVERSAO

ARTIGO 22. - Reversao e o retorno do funcionario ao servico publico, por determinacao da autoridade competente.

PARAG. 1o. - A reversao sera feita quando insubsistentes as razoes que determinaram a aposentadoria.

PARAG. 2o. - A reversao far-se-a em cargo de identica denominacao atribuicoes e vencimentos aos daquele ocupado por ocasio da aposentadoria ou, se transformado, no cargo resultante da transformacao.

## CAPITULO VIII

### DO APROVEITAMENTO

ARTIGO 23. - Aproveitamento e o retorno, a cargo publico, de funcionario colocado em disponibilidade.

ARTIGO 24. - O aproveitamento daquele que foi posto em disponibilidade e direito do funcionario e dever da Administracao que o conduzira, quando houver vaga, a cargo de natureza e vencimentos semelhantes ao anteriormente ocupado.

ARTIGO 25. - O funcionario em disponibilidade que, em inspecao medica oficial, for considerado incapaz para o desempenho de suas atribuicoes sera aposentado no cargo que anteriormente ocupava, sempre ressalvada a possibilidade de readaptacao.

## CAPITULO IX

### DA TRANSFERENCIA

ARTIGO 26. - Transferencia e a passagem do funcionario de um para outro cargo da mesma denominacao, atribuicoes e vencimentos, pertencente, porem, a orgao de lotacao diferente.

PAR. UNICO - A transferencia podera ser feita a pedido do funcionario ou de oficio, atendida sempre a



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

conveniencia do servico.

ARTIGO 27. - Nao podera ser transferido "ex-officio" funcionario investido em mandato eletivo.

ARTIGO 28. - A transferencia por permuta processar-se-a a pedido escrito de ambos os interessados.

ARTIGO 29. - A permuta entre funcionarios da Prefeitura, da Camara, e das autarquias do Municipio somente podera ser efetuada a pedido dos interessados e mediante previo consentimento das autoridades a que estejam subordinados.

## CAPITULO X

### DO ACESSO

ARTIGO 30. - Acesso e a passagem do funcionario ocupante de cargo de provimento efetivo para outro cargo da classe imediatamente superior aquela em que se encontra, dentro da respectiva carreira.

PAR. UNICO - O acesso dependera de exito do funcionario em processo seletivo interno, em que se apurara sua aptidao para o desempenho de atribuicoes mais complexas e que justificam sua ascensao funcional.

ARTIGO 31. - O funcionario somente podera concorrer a selecao interna, a que se refere o artigo anterior, se:

- I - satisfazer os requisitos necessarios ao preenchimento do cargo publico de classe superior;
- II - Contar com mais de dois anos de efetivo exercicio no seu cargo;

ARTIGO 32. - Havendo empate no processo seletivo interno, tera preferencia sucessivamente o funcionario publico que:

- I - Contar mais tempo de servico publico municipal;
- II - contar mais tempo de servico no seu cargo;

ARTIGO 33. - O direito a pertencer a carreira, nos casos em que isso seja possivel, e direito indisponivel do funcionario publico.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## CAPITULO XI

### DA PROMOÇÃO

ARTIGO 34. - Promoção e passagem do funcionario de um determinado grau para o imediatamente superior, da mesma classe.

PAR. UNICO - A promoção não se constitui em forma de provimento de cargo.

ARTIGO 35. - A promoção obedecera aos criterios de antiguidade e merecimento, alternadamente, realizando-se anualmente.

ARTIGO 36. - Os criterios, beneficiarios e outras regras relativas a promoção serão objeto de lei especifica, de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo Municipal.

## CAPITULO XII

### DA READAPTAÇÃO

ARTIGO 37. - Readaptação e a atribuição de encargos mais compatíveis com a capacidade fisica ou mental do funcionario e dependerá sempre de exame medico oficial.

ARTIGO 38. - A readaptação não acarretará aumento ou diminuição de vencimentos.

## CAPITULO XIII

### DA POSSE

ARTIGO 39. - Posse é o ato através do qual o poder publico, expressamente, outorga e o funcionario, expressamente, aceita as atribuições e os deveres inerentes ao cargo publico, adquirindo, assim, a sua titularidade.

PAR. UNICO - São competentes para dar posse:

- I O Prefeito, aos cargos de Secretarios Municipais, Diretores, Coordenadores e demais cargos e funcoes de confiança ;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

II - O responsável pelo órgão de pessoal, nos demais casos.

ARTIGO 40. - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

ARTIGO 41. - A posse verificar-se-á mediante a assinatura do funcionário e da autoridade competente, de termo lavrado em livro próprio, do qual constará obrigatoriamente o compromisso do funcionário de cumprir fielmente os deveres do cargo e os constantes desta lei.

PARAG. 1o. - A posse poderá ser efetivada por procuração outorgada com poderes especiais.

PARAG. 2o. - No ato da posse, o funcionário declarará se exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública remunerada, na administração direta ou em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou, ainda, em fundação pública.

PARAG. 3o. - Os ocupantes de cargos de direção e/ou chefia farão, no ato da posse, declaração de bens.

PARAG. 4o. - A não observância dos requisitos exigidos para preenchimento do cargo implicará a nulidade do ato de nomeação e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

ARTIGO 42. - A posse deverá ser verificada no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de nomeação.

PARAG. 1o. - O prazo previsto neste artigo poderá, a critério da autoridade nomeante, ser prorrogado por trinta dias, desde que assim o requeira, fundamentadamente, o interessado.

PARAG. 2o. - A contagem do prazo a que se refere este artigo poderá ser suspensa até o máximo de cento e vinte dias, a partir da data em que o funcionário demonstrar que está impossibilitado de tomar posse por motivo de doença apurada em inspeção médica.

PARAG. 3o. - O prazo previsto neste artigo, para aquele que, antes de tomar posse, for incorporado às Forças Armadas, será contado a partir da data de desincorporação.

ARTIGO 43. - Tornar-se-á sem efeito o ato de nomeação, se a posse não se der no prazo previsto no artigo 42 e seus parágrafos.





# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## CAPITULO XIV

### DO EXERCICIO

- ARTIGO 44.** - Exercício e o efetivo desempenho das atribuições e deveres do cargo.
- PAR. UNICO** - O início, a interrupção, o reinício e a cessação do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.
- ARTIGO 45.** - O chefe imediato do funcionário e a autoridade competente para autorizar-lhe o exercício.
- ARTIGO 46.** - O exercício do cargo deverá, obrigatoriamente, ter início no prazo de trinta dias, contados:
- I - da data da posse;
  - II - da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração, reversão e aproveitamento.
- ARTIGO 47.** - O funcionário que não entrar em exercício, dentro do prazo previsto será exonerado do cargo.
- ARTIGO 48.** - O afastamento do funcionário para participação em congressos, certames desportivos, culturais ou científicos poderá ser autorizado pelo Prefeito, na forma estabelecida em decreto.
- ARTIGO 49.** - Nenhum funcionário poderá ter exercício fora do Município, em missão de estudos ou de outra natureza, com ou sem onus para os cofres públicos, sem autorização ou designação da autoridade competente.
- PARAG. 1o.** - Ressalvados os casos de absoluta conveniência, a juízo da autoridade competente, nenhum funcionário poderá permanecer por mais de dois anos em missão fora do Município, nem vir a exercer outra, senão depois de decorridos quatro anos de efetivo exercício no Município, contados da data do regresso.
- PARAG. 2o.** - Independência de autorização o afastamento do funcionário para exercer função eletiva.
- ARTIGO 50.** - O funcionário preso em flagrante ou preventivamente, pronunciado ou indiciado por crime inafiançável, terá o exercício suspenso até decisão final transitada em julgado.
- PAR. UNICO** - Durante a suspensão, o funcionário perceberá apenas



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

2/3 da remuneração e terá direito às diferenças, corrigidas monetariamente, se for absolvido.

## CAPITULO XV

### DA FIANCA

ARTIGO 51. - O funcionário investido em cargo cujo provimento, por disposição legal, dependa de fiança, não poderá entrar em exercício sem cumprir essa exigência.

PAR. UNICO - O valor da fiança será estabelecido na lei criadora do cargo.

ARTIGO 52. - A fiança poderá ser prestada:

I - em dinheiro;

II - em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidos por institutos oficiais ou companhias legalmente autorizadas;

III - em títulos da dívida pública da União, do Estado ou do Município.

PARAG. 1o. - É vedado o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do funcionário.

PARAG. 2o. - O valor da fiança, corrigido monetariamente, será devolvido ao funcionário, após a tomada de contas efetivada pela autoridade competente.

PARAG. 3o. - O responsável por alcance ou desvio não ficará isento da responsabilização administrativa ou criminal que couber, ainda que o valor de fiança seja superior ao prejuízo verificado.

## CAPITULO XVI

### DA REMOCAO

ARTIGO 53. - Remoção e o deslocamento do funcionário de uma unidade para outra, dentro do mesmo órgão de lotação, podendo ser feita a pedido ou "ex officio".

ARTIGO 54. - A remoção por permuta será processada a pedido escrito dos interessados, com a concordância das respectivas chefias, atendida a conveniência



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

administrativa.

ARTIGO 55. - O funcionario removido devera assumir de imediato o exercicio na unidade para a qual foi deslocado, salvo quando em ferias, licenca ou desempenho de cargo em comissao, hipoteses em que devera se apresentar no primeiro dia util apos o termino do impedimento.

## CAPITULO XVII

### DA SUBSTITUICAO

ARTIGO 56. - Havera substituicao remunerada no impedimento legal e temporario do ocupante de cargo publico efetivo ou em comissao.

ARTIGO 57. - A substituicao recaira sempre em funcionario publico titular de cargo de provimento efetivo, que possua habilitacao para o desempenho das atribuicoes inerentes ao cargo do substituido.

PAR. UNICO - Quando a substituicao for de cargo pertencente a carreira, a designacao devera recair sobre um de seus integrantes.

ARTIGO 58. - A substituicao sera automatica quando prevista em lei e dependera de ato da autoridade competente quando for efetivada para atender a conveniencia administrativa.

PARAG. 1o. - A autoridade competente para nomear sera competente para formalizar, por ato proprio, a substituicao.

PARAG. 2o. - O substituto desempenhara as atribuicoes do cargo enquanto perdurar o impedimento do titular.

ARTIGO 59. - O substituto durante todo o tempo da substituicao, tera direito a perceber o vencimento e as vantagens pecuniarias inerentes ao cargo do substituido, sem prejuizos das vantagens pessoais a que tiver direito, podendo optar pelo vencimento do cargo de que e ocupante em carater efetivo.

PAR. UNICO - A substituicao automatica sera gratuita se inferior, inclusive, a cinco dias uteis.

ARTIGO 60. - Os tesoureiros, caixas e outros funcionarios que tenham valores sob sua guarda, em caso de impedimento, poderao ser substituidos por funcionarios que indicarem, de sua confianca.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

PAR. UNICO - Feita a indicacao por escrito a autoridade competente, esta devera propor a expedicao do ato de designacao, ficando assegurado ao substituto a remuneracao do cargo, a partir da data em que assumir as respectivas atribuicoes.

ARTIGO 61. - A substituicao nao gerara direito do substituto em incorporar, aos seus vencimentos, a diferenca entre a sua remuneracao e a do substituido.

## CAPITULO XVIII

### DA VACANCIA

ARTIGO 62. - Dar-se-a vacancia, quando o cargo publico ficar destituído de titular, em decorrência de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - acesso;
- IV - transferência;
- V - aposentadoria;
- VI - falecimento;

PARAG. 1o. - Dar-se-a exoneração:

- I - a pedido do funcionario;
- II - a criterio da autoridade nomeante, quando se tratar de ocupante de cargo de provimento em comissao;
- III - se o funcionario nao entrar em exercicio no prazo legal;
- IV - quando o funcionario, durante o estagio probatorio, nao demonstrar que reune as condicoes necessarias ao bom desempenho das atribuicoes do cargo.

PARAG. 2o. - A demissao sera aplicada como penalidade, nos casos previstos nesta lei.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## TITULO III

### DOS DIREITOS E VANTAGENS

#### CAPITULO I

#### DO TEMPO DE SERVICO

ARTIGO 63. - A apuracao do tempo de servico sera feita em dias.

PAR. UNICO - O numero de dias sera convertido em anos, considerado o ano de trezentos e sessenta e cinco dias.

ARTIGO 64. - Sera considerado de efetivo exercicio o periodo de afastamento, em virtude de:

- I - ferias;
- II - casamento, ate oito dias;
- III - luto, ate dois dias, por falecimento de tios, padrasto, madrastra, cunhados, genros e noras;
- IV - luto, ate oito dias, por falecimento de conjuge, pais, filhos, irmaos, sogros e descendentes;
- V - exercicio de outro cargo municipal, de provimento em comissao;
- VI - convocacao para obrigacoes decorrentes do servico militar;
- VII - prestacao de servicos no juri e outros obrigatorios por lei;
- VIII- desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal, ou no Distrito Federal;
- IX - licenca-premio;
- X - licenca a funcionaria gestante;
- XI - licenca compulsoria;
- XII - licenca paternidade;
- XIII- licenca a funcionario acidentado em servico para tratamento de saude, ou acometido de doenca profissional ou molestia grave;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

- XIV - missao ou estudo de interesse do municipio em outros pontos do territorio nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido autorizado pela autoridade competente;
- XV - faltas abonadas, nos termos deste Estatuto;
- XVI - participacao em delegacao esportiva oficial, devidamente autorizada pela autoridade competente.

PARAG. 1o. - E vedada a contagem em dobro do tempo de servico prestado simultaneamente em dois cargos, empregos ou funcoes publicas, junto a Administracao Direta ou Indireta.

PARAG. 2o. - No caso do inciso VIII, o tempo de afastamento sera considerado de efetivo exercicio para todos os efeitos legais, exceto para promocao por merecimento.

## CAPITULO II

### DAS FERIAS

ARTIGO 65. - O funcionario tera direito, anualmente, ao gozo de trinta dias consecutivos de ferias, de acordo com escala organizada pelo orgao competente.

PARAG. 1o. - Somente depois do primeiro ano de exercicio no cargo publico, o funcionario adquirira direito a ferias;

PARAG. 2o. - O gozo das ferias sera remunerado com 50 % (cinquenta por cento) a mais do que o vencimento normal;

PARAG. 3o. - Durante as ferias, o funcionario tera direito a todas as vantagens, como se em exercicio estivesse;

PARAG. 4o. - E vedado levar a conta de ferias para compensacao, qualquer falta ao servico.

ARTIGO 66. - Em casos excepcionais, a criterio da Administracao, as ferias poderao ser gozadas em dois periodos, nenhum dos quais podera ser inferior a dez dias.

ARTIGO 67. - E proibida a acumulacao de ferias.

PARAG. 1o. - Por absoluta necessidade de servico, as ferias do funcionario poderao ser indeferidas pela Administracao, pelo prazo maximo de dois anos consecutivos.

*[Handwritten signature]*





# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

- PARAG. 2o. - Em caso de acumulacao de ferias, podera o funcionario goza-las ininterruptamente;
- PARAG. 3o. - Somente serao consideradas como nao gozadas, por absoluta necessidade do servico, as ferias que o funcionario deixar de gozar, mediante decisao escrita da autoridade competente, exarada em processo administrativo e publicada na forma legal, dentro do exercicio a que elas corresponderem.
- ARTIGO 68. - Salvo comprovada necessidade de servico o funcionario promovido, transferido ou removido, durante as ferias, nao sera obrigado a apresentar-se antes de termina-las.
- ARTIGO 69. - E facultado ao funcionario publico converter 1/3 do periodo das ferias em abono pecuniario, desde que o requeira no momento de sua solicitacao, que devera ser efetivada 30 (trinta) dias antes do inicio de sua fruicao.

## CAPITULO III

### DAS LICENCAS

#### SECAO I

#### DISPOSICOES GERAIS

ARTIGO 70. - Serao concedidas:

- I - licenca para tratamento de saude;
- II - licenca por motivo de doenca em pessoa da familia;
- III - licenca para repouso a gestante;
- IV - licenca paternidade;
- V - licenca para tratamento de doenca profissional ou em decorrenca de acidente de trabalho;
- VI - licenca para prestar servico militar;
- VII - licenca por motivo de afastamento do conjuge ou companheiro de funcionario ou militar;
- VIII - licenca compulsoria;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

IX - licença premio;

X - licença para tratar de interesses particulares;

XI - licença por motivo especial.

PAR. UNICO - O ocupante de cargo de provimento em comissão não terá direito a licença para tratar de interesses particulares.

ARTIGO 71. - A licença que depender de exame médico será concedida pelo prazo indicado no laudo ou no atestado proveniente do órgão oficial competente.

ARTIGO 72. - Terminada a licença, o funcionário reassumirá, imediatamente, o exercício das atribuições do cargo.

ARTIGO 73. - O funcionário licenciado para tratamento de saúde não poderá se dedicar a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença e ser promovida a sua responsabilização.

ARTIGO 74. - A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido do interessado, desde que fundada em novo exame médico oficial.

PAR. UNICO - O pedido deverá ser apresentado pelo menos três dias antes de findar o prazo da licença; se indeferido, será considerado como de licença o período compreendido entre a data do seu término e a do conhecimento oficial do despacho.

ARTIGO 75. - As licenças concedidas dentro de trinta dias, contados do término da anterior, serão consideradas como prorrogação.

PAR. UNICO - Para os efeitos deste artigo, somente serão levadas em consideração as licenças da mesma natureza.

ARTIGO 76. - O funcionário não poderá permanecer em licença, por prazo superior a quatro anos.

ARTIGO 77. - O funcionário em gozo de licença deverá comunicar ao chefe da repartição o local onde possa ser encontrado.

## SEÇÃO II

### DA LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

**ARTIGO 78.** - Ao funcionario impossibilitado de exercer o cargo

por motivo de saude sera concedida licenca pelo orgao oficial competente, a pedido do interessado ou de oficio.

**PAR. UNICO** - Em ambos os casos, e indispensavel o exame medico que podera ser realizado, quando necessario, na residencia do funcionario.

**ARTIGO 79.** - O exame para concessao da licenca para tratamento de saude sera feito por junta medica oficial ou oficialmente credenciada ou, ainda, por orgao oficial do Municipio, do Estado ou da Uniao.

**PARAG. 1o.** - O atestado ou laudo passado por junta medica particular so produzira efeitos apos a homologacao pelo servico de saude do Municipio, se houver, ou pelo Centro de Saude da localidade.

**PARAG. 2o.** - As licencas superiores a sete dias dependerao de exame do funcionario por junta medica.

**ARTIGO 80.** - Sera punido disciplinarmente, com suspensao de trinta dias, o funcionario que recusar a se submeter a exame medico, cessando os efeitos da penalidade logo que se verifique o exame.

**ARTIGO 81.** - Considerado apto, em exame medico, o funcionario reassumira o exercicio do cargo, sob pena de serem considerados como faltas injustificadas os dias de ausencia.

**PAR. UNICO** - No curso da licenca podera o funcionario requerer exame medico, caso se julgue em condicoes de reassumir o exercicio do cargo.

**ARTIGO 82.** - A licenca a funcionario acometido de tuberculose ativa, alienacao mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversivel e incapacitante, cardiopatia grave, doenca de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, osteite deformante, síndrome da imunodeficiência adquirida e outras admitidas na legislacao previdenciaria nacional, sera concedida, quando o exame medico nao concluir pela concessao imediata da aposentadoria.

**ARTIGO 83.** - Sera integral a remuneracao do funcionario licenciado para tratamento de saude, ou acometido dos males previstos no artigo anterior.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## SECAO III

### DA LICENCA POR MOTIVO DE DOENCA EM PESSOA DA FAMILIA

ARTIGO 84. - O funcionario podera obter licenca, por motivo de doenca de ascendente, descendente, conjuge nao separado legalmente, companheira ou companheiro, padrasto ou madastra, enteado e colateral consanguineo ou afim ate o 2o. grau civil, mediante comprovacao medica.

PARAG. 1o. - A licenca somente sera concedida se o funcionario provar que sua assistencia pessoal e permanente e indispensavel, nao podendo ser prestada simultaneamente com o exercicio do cargo.

PARAG. 2o. - Provar-se-a a doenca mediante exame medico.

PARAG. 3o. - A licenca de que trata este artigo nao podera ultrapassar o prazo de vinte e quatro meses.

PARAG. 4o. - A licenca de que trata este artigo sera concedida, com remuneracao integral, ate um mes, e, apos, com os seguintes descontos:

I - de um terco, quando exceder um mes e prolongar-se ate tres meses;

II - de dois tercos, quando exceder tres e prolongar-se ate seis meses;

III - sem remuneracao, a partir do setimo mes ao vigesimo quarto mes.

## SECAO IV

### DA LICENCA A FUNCIONARIA GESTANTE

ARTIGO 85. - A funcionaria gestante sera concedida, mediante exame medico, licenca de cento e vinte dias, sem prejuizo de sua remuneracao.

PARAG. 1o. - Salvo prescricao medica em contrario, a licenca podera ser concedida a partir do oitavo mes de gestacao.

PARAG. 2o. - Ocorrido e comprovado o parto, sem que tenha sido requerida a licenca, a funcionaria entrara, automaticamente, em licenca pelo prazo previsto



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

neste artigo.

PARAG. 3o. - Apos o termino da licenca e ate que a crianca complete seis meses de idade, a funcionaria tera direito a dois descansos especiais de meia hora cada, para amamentacao.

ARTIGO 86. - No caso de aborto nao provocado, sera concedida licenca para tratamento de saude, na forma prevista neste Estatuto.

## SECAO V

### DA LICENCA ADOCAO

ARTIGO 87. - A funcionaria que adotar ou obtiver guarda judicial de crianca de ate 01 ano de idade, serao concedidos 90 (noventa) dias de licenca remunerada.

PAR. UNICO - No caso de adocao ou guarda judicial de crianca de 01 ate 07 anos de idade, o prazo de que trata este artigo sera de quarenta dias.

## SECAO VI

### DA LICENCA PATERNIDADE

ARTIGO 88. - Ao funcionario sera concedida licenca paternidade de 05 (cinco) dias contados da data do nascimento de seu filho sem prejuizo de sua remuneracao.

ARTIGO 89. - Ocorrendo as situacoes previstas pelo artigo 86 e seu paragrafo unico, sera concedida ao funcionario, licenca paternidade de cinco dias.

## SECAO VII

### DA LICENCA PARA TRATAMENTO DE DOENCA PROFISSIONAL OU EM DECORRENCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO

ARTIGO 90. - O funcionario, acometido de doenca profissional ou acidentado em servico, tera direito a licenca para tratamento de saude com remuneracao integral.

PARAG. 1o. - Acidente e o dano fisico ou mental sofrido pelo funcionario e que se relacione mediata ou



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

imediatamente, com as atribuições de seu cargo.

PARAG. 2o. - Considera-se também acidente:

I - o dano decorrente de agressão sofrida e não provocada injustamente pelo funcionário, no exercício de suas atribuições ou em razão delas;

II - O dano sofrido no percurso entre a residência e o trabalho.

ARTIGO 91. - Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço, devendo o laudo médico estabelecer o nexo de causalidade entre a doença e os fatos que a determinaram.

ARTIGO 92. - Verificada em caso de acidente, a incapacidade total para qualquer função pública ao funcionário será concedida, desde logo, aposentadoria com proventos integrais.

PARAG. 1o. - No caso de incapacidade parcial e permanente, ao funcionário será assegurada a readaptação.

PARAG. 2o. - A comprovação do acidente deverá ser feita no prazo de 10 (dez) dias, a contar do acidente ou constatação da doença.

## SEÇÃO VIII

### DA LICENÇA PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

ARTIGO 93. - Ao funcionário convocado para o serviço militar ou outros encargos de defesa nacional, será concedida licença com remuneração integral.

PARAG. 1o. - A licença será concedida a vista de documento oficial que comprove a incorporação.

PARAG. 2o. - Da remuneração será descontada a importância que o funcionário perceber, a qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

PARAG. 3o. - O funcionário desincorporado reassumirá o exercício das atribuições de seu cargo dentro do prazo de trinta dias, contados da data da desincorporação, sendo-lhe garantido o direito de perceber sua remuneração integral, durante este período.

PARAG. 4o. - A licença de que trata este artigo será também concedida ao funcionário que houver feito curso de





# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

formacao de oficiais da reserva das Forcas Armadas, durante os estagios prescritos pelos regulamentos militares, aplicando-se-lhe o disposto no paragrafo 2o. deste artigo.

## SECAO IX

### DA LICENCA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CONJUGE OU COMPANHEIRO DE FUNCIONARIO OU MILITAR

**ARTIGO 94.** - O funcionario casado ou companheiro de funcionario publico civil ou militar, terao direito a licenca sem remuneracao, quando o conjuge ou companheiro forem designados para prestar servicos fora do municipio.

**PAR. UNICO** - A licenca sera concedida mediante pedido devidamente instruido e vigorara pelo tempo que durar a nova designacao do conjuge ou companheiro.

## SECAO X

### DA LICENCA COMPULSORIA

**ARTIGO 95.** - O funcionario que for considerado, a juizo da autoridade sanitaria competente, suspeito de ser portador de doenca transmissivel sera afastado do servico publico.

**PARAG. 1o.** - Resultando positiva a suspeita, o funcionario sera licenciado para tratamento de saude, incluidos na licenca os dias em que esteve afastado.

**PARAG. 2o.** - Nao sendo procedente a suspeita, o funcionario devera reassumir imediatamente o seu cargo, considerando-se como de efetivo exercicio, para todos os efeitos legais, o periodo de afastamento.

## SECAO XI

### DA LICENCA-PREMIO

**ARTIGO 96.** - Ao funcionario que requerer sera concedida licenca - premio de tres meses consecutivos, com todos os direitos de seu cargo, apos cada quinquenio



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

ininterrupto de efetivo exercício.

PARAG. 1o. - A licença - prêmio, com as vantagens do cargo em comissão, somente será concedida ao funcionário que o venha exercendo, no período aquisitivo, por mais de dois anos.

PARAG. 2o. - Somente o tempo de serviço público, prestado ao Município, será contado para efeito de licença - prêmio.

ARTIGO 97. - Não terá direito a licença - prêmio o funcionário que, dentro do período aquisitivo, houver:

I - sofrido pena de suspensão;

II - faltado ao serviço, injustificadamente, por mais de quinze dias, consecutivos ou alternados;

ARTIGO 98. - A licença - prêmio somente será concedida pelo Prefeito, pela Mesa da Câmara, ou pelos diretores de autarquias municipais.

ARTIGO 99. - A licença - prêmio poderá, a pedido do funcionário, ser gozada integral ou parceladamente, atendido o interesse da Administração.

ARTIGO 100 - A autoridade competente, tendo em vista o interesse da administração, devidamente fundamentado, decidirá dentro dos doze meses seguintes à aquisição da licença - prêmio, quanto a data de seu início e a sua concessão, por inteiro ou parceladamente.

ARTIGO 101 - O funcionário deverá aguardar, em exercício, a concessão da licença - prêmio.

ARTIGO 102 - A concessão de licença - prêmio dependerá de novo ato, quando o funcionário não iniciar o seu gozo dentro dos trinta dias seguintes ao da publicação daquele que a deferiu.

ARTIGO 103 - Ao funcionário que completar cinco anos de ininterrupto e efetivo exercício poderá, a critério da Administração, ser concedido o direito de receber, em dinheiro, a metade da licença - prêmio a que fizer jus, se assim o requerer no prazo de até trinta dias antes do início da fruição da licença.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## SECAO XII

### DA LICENCA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

- ARTIGO 104** - O funcionario estavel tera, a criterio da autoridade competente, direito a licenca para tratar de interesses particulares, sem vencimentos e por periodo nao superior a dois anos, apos cinco anos de efetivo exercicio.
- PARAG. 1o.** - A licenca sera indeferida quando o afastamento do funcionario for inconveniente ao servico publico.
- PARAG. 2o.** - O funcionario devera aguardar, em exercicio, a concessao da licenca.
- ARTIGO 105** - Nao sera concedida licenca para tratar de interesses particulares ao funcionario nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercicio do cargo.
- ARTIGO 106** - A autoridade que houver concedido a licenca podera determinar o retorno do funcionario licenciado, sempre que o exigir o interesse publico.
- ARTIGO 107** - O funcionario podera, a qualquer tempo, reassumir o exercicio das atribuicoes do cargo, cessando, assim, os efeitos da licenca.
- ARTIGO 108** - O funcionario nao obtera nova licenca para tratar de interesses particulares, antes de decorridos cinco anos do termino da anterior.

## SECAO XIII

### DA LICENCA ESPECIAL

- ARTIGO 109** - O funcionario designado para missao, estudo, ou competicao esportiva oficial, em outro Municipio, ou no exterior, tera direito a licenca especial.
- PARAG. 1o.** - Existindo relevante interesse municipal, devidamente justificado e comprovado, a licenca sera concedida, sem prejuizo de vencimento e demais vantagens do cargo.
- PARAG. 2o.** - O inicio da licenca coincidira com a designacao e seu termino com a conclusao da missao, estudo ou competicao, ate o maximo de dois anos.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

PARAG. 3o. - A prorrogação da licença somente ocorrerá, em casos especiais, a requerimento do funcionário, mediante comprovada justificativa.

ARTIGO 110 - O ato que conceder a licença deverá ser precedido de justificativa, que demonstre a necessidade ou o relevante interesse da missão, estudo ou competição.

## CAPITULO IV

### DAS FALTAS

ARTIGO 111 - Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço sem causa justificada.

PAR. UNICO - Considera-se causa justificada o fato que, por sua natureza ou circunstância, principalmente pela consequência no âmbito da família, possa constituir escusa do não comparecimento.

ARTIGO 112 - O funcionário que faltar ao serviço ficará obrigado a requerer, por escrito, a justificação da falta, a seu chefe imediato, no primeiro dia em que comparecer a repartição, sob pena de sujeitar-se às consequências da ausência.

PARAG. 1o. - Não serão justificadas as faltas que excederem a vinte e quatro por ano, não podendo ultrapassar duas por mês.

PARAG. 2o. - O chefe imediato do funcionário decidirá sobre a justificação das faltas, até o máximo de doze por ano, no prazo de três dias.

PARAG. 3o. - A justificação das que excederem doze por ano, até o limite de vinte e quatro, será submetida, devidamente informada pelo chefe imediato, à decisão de seu superior, no prazo de cinco dias.

PARAG. 4o. - Para a justificação da falta poderá ser exigida prova do motivo alegado pelo funcionário.

PARAG. 5o. - Decidido o pedido de justificação de falta, será o requerimento encaminhado ao órgão do pessoal para as devidas anotações.

ARTIGO 113 - As faltas ao serviço, até o máximo de seis por ano, não excedendo uma por mês, poderão ser abonadas, por molestia ou por outro motivo justificado, a critério da autoridade competente, no primeiro dia em que o funcionário comparecer ao serviço.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

PARAG. 1o. - Abonada a falta, o funcionario tera direito ao vencimento correspondente aquele dia de servico.

PARAG. 2o. - A molestia devera ser provada por atestado medico e a aceitacao de outros motivos ficara a criterio da chefia imediata do funcionario.

PARAG. 3o. - O pedido de abono devera ser feito pelo funcionario no primeiro dia que comparecer ao servico, em requerimento escrito ao seu chefe imediato.

## CAPITULO V

### DA DISPONIBILIDADE

ARTIGO 114 - Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionario estavel ficara em disponibilidade remunerada integralmente ate seu adequado aproveitamento em outro cargo.

PARAG. 1o. - A extincao dos cargos sera efetivada atraves de lei, no caso de pertencerem a Prefeitura e Autarquias municipais.

PARAG. 2o. - A extincao dos cargos sera efetivada por resolucao, no caso de pertencerem a Camara Municipal.

PARAG. 3o. - A declaracao da desnecessidade do cargo sera efetivada por ato proprio do Prefeito, Mesa da Camara, ou de Diretor de autarquia municipal.

## CAPITULO VI

### DA APOSENTADORIA

ARTIGO 115 - O funcionario sera aposentado:

- I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando decorrentes de acidente em servico, molestia profissional ou doenca grave, contagiosa ou incuravel, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;
- II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de servico;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## III - voluntariamente:

- a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais;
- b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magisterio, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;
- c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;
- d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

PARAG. 1o. - O tempo de serviço público federal, estadual, municipal, ou prestado ao Distrito Federal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria.

PARAG. 2o. - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana.

PARAG. 3o. - O tempo de serviço público prestado sob o Regime da C.L.T. na Prefeitura Municipal de Palmital, será computado integralmente para os fins de aposentadoria e disponibilidade e para as demais finalidades deste Estatuto.

PARAG. 4o. - Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos funcionários em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função, em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

PARAG. 5o. - O benefício da pensão por morte corresponderá a cem por cento dos vencimentos ou proventos do funcionário falecido.

ARTIGO 116 - A aposentadoria produzirá seus efeitos, a partir da publicação do ato no órgão oficial.





# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## CAPITULO VII

### DA ACUMULACAO REMUNERADA

ARTIGO 117 - E vedada a acumulacao remunerada de cargos publicos, exceto:

- I - a de dois cargos de professor;
- II - a de um cargo de professor com outro tecnico ou cientifico;
- III - a de dois cargos privativos de medico.

PARAG. 1o. - Em qualquer dos casos previstos neste artigo, a acumulacao somente sera permitida, havendo compatibilidade de horarios.

PARAG. 2o. - A proibicao de acumular se estende a cargos, empregos e funcoes em autarquias, empresas publicas, sociedade de economia mista e fundacoes mantidas pelo Poder Publico.

ARTIGO 118 - As autoridade que tiverem conhecimento de qualquer acumulacao indevida, comunicarao o fato ao Departamento Pessoal, sob pena de responsabilizacao, nos termos da lei.

## CAPITULO VIII

### DA ASSISTENCIA AO FUNCIONARIO

ARTIGO 119 - O municipio podera dar assistencia ao funcionario e sua familia, concedendo entre outros, os seguintes beneficios:

- I - assistencia medica, dentaria, farmaceutica e hospitalar;
- II - previdencia social e seguros;
- III - assistencia judiciaria;
- IV - financiamento para aquisicao de casa propria;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

V - cursos de aperfeiçoamento, treinamento ou especialização profissional, em matéria de interesse municipal;

VI - assistência social, especialmente no tocante a orientação, recreação e repouso.

ARTIGO 120 - A lei determinará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência neste capítulo.

PAR. UNICO - Outros benefícios poderão ser concedidos desde que instituído por lei.

ARTIGO 121 - Todo funcionário será inscrito em instituição de previdência social.

ARTIGO 122 - O município poderá instituir, em lei, contribuição, cobrada de seus funcionários, para o custeio em benefício destes, de serviços de previdência e assistência sociais.

## CAPITULO IX

### DO DIREITO DE PETICAO

ARTIGO 123 - É assegurado ao funcionário o direito de requerer, representar, pedir reconsideração e recorrer, em defesa de direito ou interesse legítimo.

ARTIGO 124 - O requerimento, representação, pedido de reconsideração e recursos serão encaminhados à autoridade competente, por intermédio da autoridade imediatamente superior ao peticionário.

PARAG. 1o. - O pedido de reconsideração deverá ser dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão e somente será cabível quando contiver novos argumentos.

PARAG. 2o. - Nenhum pedido de reconsideração poderá ser renovado.

PARAG. 3o. - Somente caberá recurso quando houver pedido de reconsideração não conhecido ou indeferido.

PARAG. 4o. - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, em última instância, ao Prefeito.

PARAG. 5o. - Nenhum recurso poderá ser renovado.



# **Prefeitura Municipal de Palmital**

**Estado de São Paulo**

**PARAG. 6o.** - O pedido de reconsideração e o recurso não tem efeito suspensivo, salvo nos casos previstos em lei.

**ARTIGO 125** - Salvo disposição expressa em contrário, e de trinta dias o prazo para interposição de pedidos de reconsideração e recurso.

**PAR. UNICO** - O prazo a que se refere este artigo começará a fluir a partir da comunicação oficial da decisão a ser reconsiderada ou recorrida.

**ARTIGO 126** - O direito de pleitear administrativamente prescreverá:

I - em cinco anos, nos casos relativos a demissão, aposentadoria e disponibilidade ou que afetem interesse patrimoniais e créditos resultantes das relações funcionais com a Administração.

II - Em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei municipal.

**ARTIGO 127** - O prazo de prescrição terá seu termo inicial na data da publicação oficial do ato ou, quando este for de natureza reservada, para reaver o direito do funcionário na data da ciência do interessado.

**ARTIGO 128** - O recurso, quando cabível, interrompe o curso da prescrição.

**PAR. UNICO** - Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia em que cessar a interrupção.

## **TÍTULO IV**

### **DO VENCIMENTO E DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO VENCIMENTO**

**ARTIGO 129** - Os vencimentos dos cargos da Prefeitura, da Câmara Municipal e das empresas públicas e autarquias deverão ser iguais, desde que suas atribuições sejam iguais ou assemelhadas.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

- PAR. UNICO - Para os efeitos deste artigo, não se levará em conta as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- ARTIGO 130 - É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- ARTIGO 131 - As vantagens pecuniárias percebidas pelos funcionários não serão computadas nem acumuladas, para concessão de vantagens posteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- ARTIGO 132 - O limite máximo da remuneração percebida em espécie, a qualquer título, pelos funcionários públicos será correspondente à remuneração percebida, em espécie, pelo Prefeito Municipal.
- PARAG. 1o. - Remuneração percebida em espécie pelo Prefeito Municipal e o subsídio mais a verba de representação.
- PARAG. 2o. - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com o disposto neste artigo, serão imediatamente reduzidos ao limite dele decorrente, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido à irredutibilidade de vencimentos, ou percepção de excesso a qualquer título.
- ARTIGO 133 - Ressalvado o disposto no parágrafo 2o. do artigo anterior, os vencimentos dos funcionários públicos são irredutíveis.
- ARTIGO 134 - O funcionário perderá:
- I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo os casos previstos neste Estatuto;
  - II - um terço da remuneração do dia, quando comparecer ao serviço, dentro da hora seguinte à marcada para o início do trabalho, ou se retirar até uma hora antes de seu término.
- ARTIGO 135 - Salvo as exceções expressamente previstas em lei, é vedado à Administração Pública efetuar qualquer desconto nos vencimentos dos servidores salvo prévia e expressa autorização.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

PAR. UNICO - Em cumprimento a decisao judicial transitada em julgado, a Administracao deve descontar, dos vencimentos de seus funcionarios, a prestacao alimenticia, nos termos e nos limites determinados pela sentenca.

ARTIGO 136 - O horario de trabalho sera fixado pela autoridade competente, de acordo com a natureza e necessidade de de servico, cuja duracao nao podera ser superior a oito horas diarias e quarenta horas semanais.

ARTIGO 137 - O funcionario estudante podera ter sua jornada de trabalho reduzida em uma hora, a criterio da administracao.

ARTIGO 138 - A frequencia do funcionario sera apurada:

I - pelo ponto;

II - pela forma determinada em ato proprio da autoridade competente, quanto aos funcionarios nao sujeitos a ponto.

PAR. UNICO - Para registro do ponto serao usados, de preferencia, meios mecanicos.

## CAPITULO II

### DAS VANTAGENS PECUNIARIAS

ARTIGO 139 - Alem do vencimento, poderao ser concedidas ao funcionario as seguintes vantagens:

I - diarias;

II - gratificacoes;

III - ajudas de custo;

IV - adicionais por tempo de servico;

V - salario familia;

VI - auxilio para diferenca de caixa;

VII - auxilio pelo nascimento de filho;

VIII - auxilio por ocasio das nupcias;

IX - abono de ferias;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

X - abono no aniversario natalicio.

## SECAO I

### DAS DIARIAS

ARTIGO 140 - Ao funcionario que, por determinacao da autoridade competente, se deslocar temporariamente do municipio, no desempenho de suas atribuicoes, ou em missao ou estudo de interesse da Administracao, serao concedidas, alem do transporte, diaria a titulo de indenizacao das despesas de alimentacao e pousada, em base nunca inferior a 10% (dez por cento) e nem superior a 20% (vinte por cento) do valor de sua referencia.

## SECAO II

### DAS GRATIFICACOES

ARTIGO 141 - Sera concedida gratificacao:

- I - pela prestacao de servicos extraordinarios;
- II - pela execucao de trabalho insalubre, perigoso ou penoso;
- III - pela participacao em orgao de deliberacao coletiva ou banca examinadora;
- IV - de nivel universitario;
- V - de natal;
- VI - de funcao.

## SUBSECAO I

### DA GRATIFICACAO PELA PRESTACAO DE SERVICOS EXTRAORDINARIOS

ARTIGO 142 - O funcionario publico ocupante de cargo de

*[Handwritten signature]*





# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

provimento efetivo, quando convocado para trabalhar em horario diverso de seu expediente, tera direito a gratificacao por servicos extraordinarios

PARAG. 1o. - E vedado conceder gratificacao por servico extraordinario com objetivo de remunerar outros servicos ou encargos.

PARAG. 2o. - E vedado conceder gratificacao por servico extraordinario a ocupante de cargo em comissao.

ARTIGO 143 - A gratificacao sera paga por hora de trabalho, prorrogado ou antecipado, que exceda o periodo normal do expediente, acrescido no minimo em cinquenta por cento do valor da hora normal de trabalho.

PARAG. 1o. - Salvo os casos de convocacao de emergencia, devidamente justificadas, o servico extraordinario nao podera exceder a duas horas diarias.

PARAG. 2o. - Quando o servico extraordinario for noturno, assim entendido o que for prestado no periodo compreendido entre vinte e duas e seis horas, o valor sera acrescido de mais vinte e cinco por cento.

## SUBSECAO II

### DA GRATIFICACAO PELA EXECUCAO DE TRABALHO INSALUBRE, PERIGOSO OU PENOSO

ARTIGO 144 - Serao consideradas atividades ou operacoes insalubres aquelas que, por sua natureza, condicoes ou metodos de trabalho, exponham os funcionarios a agentes nocivos a saude.

ARTIGO 145 - Serao consideradas atividades ou operacoes perigosas aquelas que, por sua natureza ou metodo de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamaveis ou explosivos, em condicoes de risco acentuado.

ARTIGO 146 - Serao consideradas atividades ou operacoes penosas, aquelas que, por sua natureza ou metodo de trabalho, exponham o funcionario publico a esforco fisico acentuado e desgastante.

ARTIGO 147 - Os percentuais que serviraos para calculo de adicionais de insalubridade, periculosidade e atividades penosas serao de 10%, 20% e 30%, conforme o grau de



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

exposicao calculados sobre o piso salarial municipal.

PAR. UNICO - Comissao formada pelo orgao de saude do municipio ou outro conveniado com o municipio, indicada pelo Poder Executivo elaborara laudo fixando o percentual a ser aplicado.

ARTIGO 148 - O direito ao adicional de insalubridade, de periculosidade ou de penosidade, cessa, com a eliminacao das condicoes ou dos riscos que deram causa a sua concessao.

ARTIGO 149 - E proibido a funcionaria gestante ou lactante o trabalho em atividades ou operacoes consideradas insalubres, perigosas ou penosas.

## SUBSECAO III

### DA GRATIFICACAO PELA PARTICIPACAO EM ORGAO DE DELIBERACAO COLETIVA OU BANCA EXAMINADORA

ARTIGO 150 - Ao funcionario publico designado para participar em orgao de deliberacao coletiva ou aquele que participar como membro ou auxiliar de banca ou comissao examinadora de concurso publico, sera concedida gratificacao em percentual fixado em lei municipal.

PAR. UNICO - A gratificacao podera ser paga tantas vezes quantas for o funcionario designado para o exercicio do encargo a que se refere o "caput" deste artigo, nunca se incorporando aos vencimentos do funcionario.

## SUBSECAO IV

### DA GRATIFICACAO DE NIVEL UNIVERSITARIO

ARTIGO 151 - Os funcionarios titulares de cargos de provimento efetivo possuidores de diploma de nivel superior, e que estejam ocupando cargo cuja lei criadora nao exija, para seu preenchimento, nivel universitario, terao direito a gratificacao no valor de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## SUBSECAO V

### DA GRATIFICACAO DE NATAL

- ARTIGO 152 - O funcionario tera direito a uma gratificacao de Natal a ser paga no mes de dezembro de cada ano.
- PAR. UNICO - A gratificacao prevista neste artigo correspondera a 1/12 da remuneracao paga ao funcionario no ano correspondente, inclusive o mes de dezembro, excluido o valor da propria gratificacao.
- ARTIGO 153 - Nao tera direito a gratificacao de Natal o funcionario que sofrer pena de demissao.

## SUBSECAO VI

### DA GRATIFICACAO DE FUNCAO

- ARTIGO 154 - A gratificacao de funcao sera devida ao funcionario que for designado para atender, temporariamente, encargo de chefia ou outro que nao justifique a criacao de cargo.
- PARAG. 1o. - A vantagem somente sera devida enquanto perdurar o efetivo desempenho das atribuicoes que justificaram a concessao da gratificacao.
- PARAG. 2o. - A gratificacao de funcao nao se incorpora ao vencimento do funcionario.

## SECAO III

### DA AJUDA DE CUSTO

- ARTIGO 155 - A ajuda de custo destina-se a cobrir as despesas de viagem e instalacao do funcionario que passar a exercer o seu cargo fora da sede do municipio.
- PAR. UNICO - A concessao da ajuda de custo dependera de lei municipal que determinara seus beneficiarios e percentuais.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## SECAO IV

### DOS ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVICO

- ARTIGO 156 - O funcionario, apos cada periodo de cinco anos de efetivo desempenho de suas atribuicoes no servico publico municipal, percebera adicional por tempo de servico, calculado a razao de cinco por cento sobre o seu vencimento, ao qual se incorporara para todos os efeitos, exceto para fim de concessao de quinquenios subsequentes.
- ARTIGO 157 - O funcionario que completar cinco quinquenios no servico publico municipal percebera a sexta-parte do seu vencimento, ao qual se incorpora automaticamente, para todos os efeitos.

## SECAO V

### DO SALARIO FAMILIA

- ARTIGO 158 - O salario familia sera concedido a todo funcionario, ativo ou inativo, que tiver:
- I - filho menor de 14 anos de idade;
  - II - filho invalido;
- PARAG. 1o. - Compreendem-se neste artigo os filhos de qualquer condicao, os adotivos, os enteados ou os menores que vivam sob a guarda e sustento do funcionario.
- PARAG. 2o. - Para o efeito do inciso II deste artigo, a invalidez corresponde a incapacidade total e permanente para o trabalho.
- ARTIGO 159 - Quando pai e mae forem funcionarios ou inativos e viverem em comum, o salario familia sera pago a apenas um deles.
- PARAG. 1o. - Se nao viverem em comum, sera pago ao que tiver os dependentes sob sua guarda.
- PARAG. 2o. - Se ambos os tiverem, sera pago a um e a outro, de acordo com a distribuicao dos dependentes.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

- ARTIGO 160 - O funcionario e obrigado a comunicar ao departamento de pessoal da Prefeitura, da Camara, e da autarquia municipal dentro de quinze dias da ocorrencia, qualquer alteracao que se verifique na situacao dos dependentes, da qual decorra modificacao no pagamento do salario familia.
- PAR. UNICO - A inobservancia dessa obrigacao implicara a responsabilizacao do funcionario, nos termos deste Estatuto.
- ARTIGO 161 - O salario-familia sera pago independentemente de assiduidade ou producao do funcionario e nao podera sofrer qualquer desconto, nem ser objeto de transacao.
- ARTIGO 162 - O valor do salario -familia sera de 15% calculado sobre o piso salarial municipal por filho.
- PARAG. 1o. - O salario-familia nao sera devido ao funcionario licenciado sem direito a percepcao de vencimentos.
- PARAG. 2o. - O disposto no paragrafo anterior nao se aplica aos casos de licenca por motivo de doenca em pessoa da familia.

## SECAO VI

### DO AUXILIO PARA DIFERENCA DE CAIXA

- ARTIGO 163 - O auxilio para diferenca de caixa concedido aos tesoureiros ou caixa que, no exercicio do cargo, paguem ou recebam em moeda corrente, e fixado em 10% (dez por cento), sobre o valor de sua referencia.
- PAR. UNICO - O auxilio so sera devido enquanto o funcionario estiver, efetivamente, executando servicos de pagamentos ou recebimento, nao se incorporando ao seu vencimento.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## SECAO VII

### DO AUXILIO PELO NASCIMENTO DE FILHO

ARTIGO 164 - O auxilio pelo nascimento de filho e fixado no valor de um piso salarial municipal por fiho.

PAR. UNICO - E devido o auxilio referido no "caput" a partir da apresentacao da Certidao de Nascimento ao DRHU.

## SECAO VIII

### DO AUXILIO POR OCASIAO DAS NUPCIAS

ARTIGO 165 - O auxilio por ocasio das nupcias e fixado no valor de 02 (dois) pisos salariais municipais.

PAR. UNICO - E devido o auxilio referido no "caput" a partir da apresentacao da Certidao de Casamento ao DRHU.

## SECAO IX

### DO ABONO DE FERIAS

ARTIGO 166 - O funcionario tera direito, quando do gozo de suas ferias regulamentares, a receber o valor referente ao piso salarial municipal, que sera pago juntamente com o disposto no paragrafo 2o. do artigo 65 deste Estatuto.

PAR. UNICO - Para assegurar o direito referido no "caput" o funcionario nao podera ter sofrido qualquer punicao disciplinar durante o periodo aquisitivo das ferias e nem ultrapassado o limite de faltas permitido por este Estatuto.





# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## SECAO X

### DO ABONO NO ANIVERSARIO NATALICIO

**ARTIGO 167** - Na data de seu aniversario natalicio o funcionario tera direito a receber o valor correspondente ao piso salarial municipal, que sera pago em folha a parte.

**PAR. UNICO** - Para obter o premio de que trata o "caput", o funcionario nao podera ter sofrido qualquer punicao disciplinar ou ultrapassado o limite de faltas constantes do capitulo IV deste Estatuto durante o periodo de 12 (doze) meses anteriores ao seu aniversario natalicio.

## TITULO V

### DO REGIME DISCIPLINAR

#### CAPITULO I

#### DOS DEVERES

**ARTIGO 168** - Sao deveres do funcionario alem dos que lhe cabem em virtude do desempenho de seu cargo e dos que decorrem, em geral, de sua condicao de servidor publico:

- I - comparecer ao servico, com assiduidade e pontualidade e nas horas de trabalho extraordinario, quando convocado;
- II - cumprir as determinacoes superiores, representando, imediatamente e por escrito, quando forem manifestamente ilegais;
- III - executar os servicos que lhe competir e desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos de que for incumbido;
- IV - tratar com urbanidade os colegas e o publico em geral, atendendo este sem preferencia pessoal;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

- V - providenciar para que esteja sempre atualizada, no assentamento individual, sua declaração de família, de residência e de domicílio;
- VI - manter cooperação e solidariedade com relação aos companheiros de trabalho;
- VII - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado, ou com o uniforme que for determinado;
- VIII - representar aos superiores sobre irregularidades de que tenha conhecimento;
- IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;
- X - atender, com preferência a qualquer outro serviço, as requisições de documentos, papéis, informações ou providências, destinadas a defesa da fazenda Municipal;
- XI - apresentar relatórios ou resumos de suas atividades, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;
- XII - sugerir providências tendentes a melhoria ou ao aperfeiçoamento do serviço;
- XIII - ser leal às instituições a que servir;
- XIV - manter observância às normas legais e regulamentares;
- XV - atender com presteza:
  - a) o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e da Administração;
  - b) a expedição de certidões requeridas para a defesa de direito ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal;
- XVI - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- XVII - representar contra ilegalidade ou abuso de poder.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## CAPITULO II

### DAS PROIBICOES

ARTIGO 169 - São proibidas ao funcionario toda acao ou omissao capazes de comprometer a dignidade e o decoro da funcao publica, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiencia do servico ou causar dano a administracao publica, especialmente:

- I - ausentar-se do servico durante o expediente sem previa autorizacao do chefe imediato;
- II - retirar, sem previa autorizacao da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da reparticao;
- III - recusar fe a documentos publicos;
- IV - opor resistencia injustificada ao andamento de documento, processo ou execucao de servico;
- V - referir-se publicamente, de modo depreciativo as autoridades constituidas e aos atos da administracao;
- VI - cometer a pessoa estranha a reparticao, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;
- VII - compelir ou aliciar outro funcionario no sentido de filiacao a associacao profissional ou sindical, ou a partido politico;
- VIII - manter sob sua chefia imediata, conjuges, companheiro ou parente ate o segundo grau;
- IX - deixar de comparecer ao servico sem causa justificada;
- X - exercer comercio entre os companheiros de servico no local de trabalho;
- XI - valer-se de sua qualidade de funcionario, para obter proveito pessoal para si ou para outrem;
- XII - participar de gerencia ou administracao de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comercio, e, nessa qualidade, transacionar com o Municipio;



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

- XIII- pleitear, como procurador ou intermediario, junto as reparticoes municipais, salvo quando se tratar de interesse do conjuge ou de parentes, ate segundo grau;
- XIV - receber de terceiros qualquer vantagem, por trabalhos realizados na reparticao, ou pela promessa de realiza-los;
- XV - aceitar comissao, emprego ou pensao de Estado estrangeiro, sem previa autorizacao do Presidente da Republica;
- XVI - proceder de forma desidiosa;
- XVII- praticar atos de sabotagem contra o servico publico;
- XVIII-fazer com a Adminsitracao Direta ou Indireta contratos de natureza comercial, industrial ou de prestacao de servicos com fins lucrativos, para si ou como representante de outrem;
- XIX - exercer ineficiente suas funcoes;
- XX - utilizar pessoal ou recursos materiais do servico publico para fins particulares ou ainda utilizar da sua condicao de funcionario publico para ratificar atos de sua vida particular;
- XXI - exercer quaisquer atividades que sejam incompativeis com o exercicio do cargo ou funcao e com o horario de trabalho.

## CAPITULO III

### DA RESPONSABILIDADE

#### SECAO I

#### DISPOSICOES GERAIS

ARTIGO 170 - O funcionario respondera civil, penal e administrativamente, pelo exercicio irregular de suas atribuicoes.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

ARTIGO 171 - A responsabilidade civil decorrerá de conduta dolosa ou culposa devidamente apurada, que importe em prejuízo para a Fazenda Municipal ou terceiros.

PAR. UNICO - O funcionario sera obrigado a repor, de uma so vez, a importancia do prejuizo causado a Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, ou a omissao em efetuar o recolhimento ou entradas, nos prazos legais.

ARTIGO 172 - A responsabilidade administrativa nao exime o funcionario da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber.

PAR. UNICO - O pagamento da indenizacao a que ficar obrigado o funcionario nao o exime da pena disciplinar em que ocorrer.

## SECAO II

### DAS PENALIDADES

ARTIGO 173 - Sao penas disciplinares:

- I - advertencia;
- II - repreensao;
- III - suspensao;
- IV - demissao;
- V - cassacao da aposentadoria e da disponibilidade.

ARTIGO 174 - Na aplicacao das penalidades serao consideradas a natureza e a gravidade da infracao cometida, os danos que dela provierem para o servico publico, as circunstancias agravantes ou atenuantes, os antecedentes funcionais atendendo-se, sempre, a devida proporcao entre o ato praticado e a pena a ser aplicada.

ARTIGO 175 - A advertencia sera aplicada por escrito, nos casos de violacao de proibicao constante do artigo 165, incisos I a XII, e de inobservancia de dever funcional.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

- ARTIGO 176 - A pena de repreensao sera aplicada por escrito, nos casos de reincidencia em infracao sujeita a pena de advertencia.
- ARTIGO 177 - A pena de suspensao, que nao excedera a noventa dias, sera aplicada:
- I - ate trinta dias, ao funcionario que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame medico determinado por autoridade competente;
  - II - em caso de reincidencia em infracao sujeita a pena de repreensao e de violacao das demais proibicoes que nao tipifiquem infrações sujeitas a pena de demissao.
- ARTIGO 178 - As penalidades de advertencia e de suspensao terao seus registros cancelados, apos o decurso de tres e cinco anos de efetivo exercicio, respectivamente, se o funcionario nao houver, nesse periodo, praticado nova infracao disciplinar.
- ARTIGO 179 - A pena de demissao sera aplicada nos casos de:
- I - crime contra a Administracao Publica;
  - II - abandono do cargo ou falta de assiduidade;
  - III - incontinencia publica e embriaguez habitual;
  - IV - insubordinacao grave em servico;
  - V - ofensa fisica, em servico, contra funcionario ou particular, salvo em legitima defesa;
  - VI - aplicacao irregular do dinheiro publico;
  - VII - lesao aos cofres publicos e dilapidacao do patrimonio municipal;
  - VIII - revelacao de segredo confiado em razao do cargo;
- ARTIGO 180 - Configura-se o abandono de cargo quando o funcionario se ausenta intencionalmente do servico por mais de trinta dias consecutivos.
- ARTIGO 181 - Entende-se por falta de assiduidade a ausencia do servico sem causa justificada, por sessenta dias, intercaladamente, durante o periodo de doze meses.
- ARTIGO 182 - A aplicacao de qualquer das penalidades previstas neste Estatuto dependera, sempre, de previa motivacao da autoridade competente.





# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

**ARTIGO 183** - Sera cassada a aposentadoria e a disponibilidade se ficar provado, em procedimento administrativo em que se assegure ampla defesa ao inativo, que este:

- I - praticou, quando em atividade, falta grave para a qual seja cominada, neste Estatuto, pena de demissao;
- II - aceitou cargo em funcao publica em desconformidade com a lei;
- III - aceitou representacao de Estado estrangeiro, sem previa autorizacao do Presidente da Republica.

**ARTIGO 184** - Prescreverao:

- I - em um ano, as faltas disciplinares sujeitas as penas de advertencia ou repreensao;
- II - em dois anos, as faltas disciplinares sujeitas a pena de suspensao;
- III - em cinco anos, as faltas disciplinares sujeitas a pena de demissao.

**PARAG. 1o.** - O prazo prescricional comeca a correr do dia em que a autoridade tomar conhecimento da existencia da falta.

**PARAG. 2o.** - Interrompe-se a prescricao pela instauracao de sindicancia ou procedimento administrativo.

**ARTIGO 185** - Para applicacao das penalidades, sao competentes:

- I - O Prefeito ou a Mesa da Camara, nos casos de demissao, cassacao de aposentadoria e de disponibilidade e suspensao por mais de trinta dias;
- II - Os secretarios ou chefes imediatos, nos demais casos de suspensao;
- III - As autoridades administrativas, com relacao aos seus subordinados, nos casos de advertencia e repreensao.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## CAPITULO IV

### DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

#### SECAO I

#### DISPOSICOES GERAIS

ARTIGO 186 - A autoridade que tiver ciencia ou noticia de irregularidade no servico publico e obrigada a promover a apuracao dos fatos e a responsabilidade, mediante sindicancia ou processo administrativo disciplinar, sendo assegurado ao funcionario o contraditorio e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerente.

PARAG. 1o. - As providencias para a apuracao terao inicio, a partir do conhecimento dos fatos e serao tomadas na unidade onde estes ocorreram, devendo consistir, no minimo, de um relatorio circunstanciado sobre o que se verificou.

PARAG. 2o. - A averiguacao preliminar de que trata o paragrafo anterior devera ser cometida a funcionario ou comissao de funcionarios previamente designada para tal finalidade.

#### SECAO II

#### DA SINDICANCIA

ARTIGO 187 - A sindicancia e a peca preliminar e informativa do processo administrativo disciplinar, devendo ser

promovida quando os fatos nao estiverem definidos ou faltarem elementos indicativos da autoria da infracao.

ARTIGO 188 - A sindicancia nao comporta o contraditorio constituindo-se em procedimento de investigacao e nao de punicao.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

ARTIGO 189 - A sindicancia devera ser concluida no prazo de trinta dias, que so podera ser prorrgado por um unico e igual periodo mediante solicitacao fundamentada.

ARTIGO 190 - Da sindicancia instaurada pela autoridade, podera resultar:

I - o arquivamento do processo desde que os fatos nao configurem evidentes infracoes disciplinares;

II - a apuracao da responsabilidade do funcionario.

## SECAO III

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

ARTIGO 191 - O processo administrativo e o instrumento destinado a apurar a responsabilidade de funcionario por acao ou omissao no exercicio de suas atribuicoes, ou de outros atos que tenham relacao com as atribuicoes inerentes ao cargo e que caracterizem infracao disciplinar.

PAR. UNICO - E obrigatoria a instauracao de processo administrativo, quando a falta imputada, por sua natureza, possa determinar a pena de suspensao, demissao, cassacao de aposentadoria ou disponibilidade.

ARTIGO 192 - O processo sera realizado por comissao de 03 (tres) funcionarios efetivos, de condicao hierarquica igual ou superior a do indiciado, designada pela autoridade competente.

PARAG. 1o. - No ato de designacao da comissao processante, um de seus membros sera incumbido de, como presidente, dirigir os trabalhos.

PARAG. 2o. - O Presidente da Comissao designara um funcionario, que podera ser um dos membros da comissao, para secretariar seus trabalhos.

ARTIGO 193 - A autoridade processante, sempre que necessario, dedicara todo o tempo aos trabalhos do processo, ficando os membros da comissao, em tal caso, dispensados dos servicos normais da reparticao.

ARTIGO 194 - O prazo para a conclusao do processo administrativo sera de sessenta dias, a contar da citacao do funcionario acusado, prorrogaveis por igual periodo,



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

mediante autorizacao de quem tenha determinado a sua instauracao.

PAR. UNICO - Em caso de mais de um funcionario acusado, o prazo previsto neste artigo sera em dobro.

## SUBSECAO UNICA

### DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

ARTIGO 195 - O processo administrativo sera iniciado pela citacao pessoal do funcionario, tomando-se suas declaracoes e oferecendo-se-lhe oportunidade para acompanhar todas as fases do processo.

PAR. UNICO - Achando-se o funcionario ausente do lugar, sera citado por via postal, em carta registrada, juntando-se ao processo administrativo o comprovante de registro; nao sendo encontrado o funcionario ou ignorando-se o seu paradeiro, a citacao se fara com prazo de quinze dias, por edital inserto por tres vezes seguidas no orgao de imprensa oficial.

ARTIGO 196 - A autoridade processante realizara todas as diligencias necessarias ao esclarecimento dos fatos, recorrendo, quando necessario, a tecnicos ou peritos.

ARTIGO 197 - As diligencias, depoimentos de testemunhas e esclarecimentos tecnicos ou periciais serao reduzidos a termo nos autos do processo administrativo.

ARTIGO 198 - Feita a citacao sem que compareca o funcionario, o processo administrativo prosseguira a sua revelia.

PARAG. 1o. - Sera dispensado termo, no tocante a manifestacao de tecnico ou perito, se por este for elaborado laudo para ser juntado aos autos.

PARAG. 2o. - Os depoimentos de testemunhas serao tomados em audiencia, na presenca do funcionario que para tanto sera pessoal e regularmente intimado.

ARTIGO 199 - Se as irregularidades apuradas no processo administrativo constituirem crime, a autoridade processante encaminhara certidoes das suas pecas necessarias ao orgao competente, para instauracao de inquerito policial.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

- ARTIGO 200 - A autoridade processante assegurara ao funcionario todos os meios adequados a ampla defesa.
- PARAG. 1o. - O funcionario podera constituir procurador para fazer sua defesa.
- PARAG. 2o. - Em caso de revelia, a autoridade processante designara, de oficio, advogado do Municipio que se incumba da defesa do funcionario.
- ARTIGO 201 - Tomadas as declaracoes do funcionario ser-lhe-a dado prazo de cinco dias, com vista do processo, para oferecer defesa previa e requer provas.
- PAR. UNICO - Havendo dois ou mais funcionarios, o prazo sera comum e de dez dias, contados a partir das declaracoes do ultimo deles.
- ARTIGO 202 - Encerrada a instrucao do processo, a autoridade processante abrira vista dos autos ao funcionario ou a seu defensor, para que, no prazo de oito dias, apresente suas razoes finais de defesa.
- PAR. UNICO - O prazo sera comum e de quinze dias, se forem dois ou mais os funcionarios.
- ARTIGO 203 - Apresentada ou nao a defesa final, apos o decurso do prazo, a comissao apreciara todos os elementos do processo, apresentando relatorio fundamentado, no qual propora, a absolvicao ou a punicao do funcionario, indicando neste caso, a pena cabivel bem como o seu embasamento legal.
- PAR. UNICO - O relatorio e todos os elementos dos autos serao remetidos a autoridade que determinou a instauracao do processo, dentro de dez dias contados do termino do prazo para apresentacao da defesa final.
- ARTIGO 204 - A comissao ficara a disposicao da autoridade competente, ate a decisao final do processo, para prestar os esclarecimentos que forem necessarios.
- ARTIGO 205 - Recebido o processo com o relatorio, a autoridade competente proferira a decisao, em dez dias, por despacho motivado.
- ARTIGO 206 - Da decisao final sera cabivel revisao prevista nesta lei.
- ARTIGO 207 - O funcionario so podera ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, apos a conclusao definitiva do processo administrativo a que estiver respondendo, desde que reconhecida a sua inocencia.



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

ARTIGO 208 - Verificada a existencia de vicio insanavel, a autoridade julgadora declarara a nulidade total ou parcial do processo e ordenara a constituicao de outra comissao para a instauracao de novo processo.

ARTIGO 209 - Quando a inflacao disciplinar estiver capitulada como crime na lei penal, o processo administrativo sera remetido ao Ministerio Publico.

## SECAO IV

### DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

ARTIGO 210 - O Prefeito ou a mesa da Camara poderao determinar a suspensao preventiva do funcionario, por ate 30 (trinta) dias prorrogaveis por igual prazo, se houver comprovada necessidade de seu afastamento para a apuracao de falta a ele imputada.

## SECAO V

### DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

ARTIGO 211 - A revisao sera recebida e processada mediante requerimento quando:

- I - A decisao for manifestadamente contraria ao dispositivo legal, ou a evidencia dos autos;
- II - surgirem, apos a decisao, provas da inocencia do punido.

PARAG. 1o. - Nao constitui fundamento para a revisao a simples alegacao de penalidade injusta.

PARAG. 2o. - A revisao podera se verificar a qualquer tempo, nao sendo vedada agravacao da pena.

PARAG. 3o. - O pedido de revisao podera ser formulado mesmo apos o falecimento do punido.

ARTIGO 212 - O pedido de revisao sera sempre dirigido ao Prefeito que decidira sobre o seu processamento.

ARTIGO 213 - Estara impedida de funcionar no processo revisional a Comissao que participou do processo disciplinar primitivo.





# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

ARTIGO 214 - Julgada procedente a revisao, a autoridade competente determinara a reducao, o cancelamento ou a anulacao da pena.

PAR. UNICO - A decisao devera ser sempre fundamentada e publicada pelo orgao oficial do Municipio.

ARTIGO 215 - Aplica-se ao processo de revisao, no que couber, o previsto neste Estatuto para o processo disciplinar.

## TITULO VI

### DISPOSICOES FINAIS

ARTIGO 216 - Os prazos previstos nesta lei serao contados em dias corridos, excluindo-se o dia do comeco e incluindo-se o do vencimento, salvo expressa disposicao em contrario.

PAR. UNICO - Considera-se prorrogado o prazo ate o primeiro dia util, se o termino ocorrer no sabado, domingo, feriado ou em dia que:

I - nao haja expediente;

II - o expediente for encerrado antes do horario normal.


ARTIGO 217 - Sao isentos de qualquer pagamento os requerimentos, certidoes, e outros papeis que, na ordem administrativa, interessem ao servidor publico municipal, ativo ou inativo.

ARTIGO 218 - As despesas com a execucao desta lei correrao por conta de dotacoes orcamentarias proprias.

ARTIGO 219 - Esta lei entrara em vigor na data de sua publicacao, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 1993

ARTIGO 220 - Revogam-se as disposicoes em contrario.

Palmital, 29 de marco de 1993.

  
MARILENA TRONCO  
Prefeita Municipal

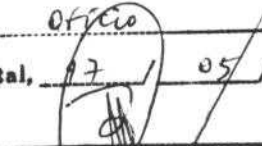
RETIRADO

Oficio Nº 392/93  
EM, 17 / 05 / 1993

  
Miguel Bruno Didal  
Presidente

ENCAMINHAR


Oficio  
C. M. Palmital, 17 / 05 / 1993

  
Miguel Bruno Didal  
Presidente

ENCAMINHADO

EM 18 / 05 / 1993

OFÍCIO Nº 289/93

  
João Augusto de Andrade  
OFICIAL LEGISLATIVO



# Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

## EXPOSICAO DE MOTIVOS AO PROJETO DE LEI NUM 11/93

Excelentissimos Senhores Vereadores,

De conformidade com o estabelecido na Lei Organica do Municipio de Palmital, estamos encaminhando este projeto de Lei que estatui as normas gerais e especificas da relacao juridica de vinculo trabalhista dos Funcionarios Publicos Civis da Administracao Municipal.

Ocorre que, alem de ser uma obrigacao legal do Poder Executivo, este documento havera de se tornar o instrumento de solucao para os problemas administrativos, relacionados com os direitos e deveres de nossos funcionarios.

Vale ressaltar, que a importancia da materia em pauta, merece toda a observacao que lhe puder acurar, no que contamos com a colaboracao de Vossas Excelencias.

Prefeitura de Palmital, 29 de marco de 1993.

MARILENA TRONCO  
Prefeita Municipal